AESE
ESCOLA DE DIRECÇÃO E NEGÓCIOS

Publicação: quinzenal
Director: J.L.Carvalho Cardoso
Editor e Proprietário: AESE
Impresso por: Cromaticamente
Depósito legal: nº 21228/88
Preço: € 1

CORREIO DA AESE

23º Ano
Nº 548, 1-1-2011

PANORAMA

Activismo político feminino

Sarah Palin, ex-governadora do Alasca e ex--candidata republicana à vice-presidência dos Estados Unidos, deu origem a uma nova expressão na linguagem política norte-americana: as «mães ursas» (*mama grizzly*, en inglês), isto é, aquelas mulheres conservadoras, próximas do Tea Party e geralmente pró-vida, que resistem a permanecer passivas enquanto as elites progressistas mudam alguns valores.

Em Junho passado, Palin lançou um vídeo - encorajada pela sua equipa de assessores - que provocou gargalhadas aos democratas. Nele, explicava a razão de as mulheres conservadoras dos Estados Unidos se oporem a certas iniciativas como a reforma da saúde impulsionada pela Administração Obama.

Palin aludiu ao instinto natural das mães de protecção dos seus filhos. E utilizou uma imagem que se tornou famosa em todo o país: «As mães sabem quando algo vai mal. Recordo as enormes ursas *grizzlies* do Alasca, que se erguem sobre as suas patas traseiras quando alguém vem atacar os seus filhotes. Se acham que os touros são demasiado bravios, não lhes recomendo que enfrentem as mães ursas».

As ursas *grizzlies* são os maiores predadores da América do Norte; passeiam-se pelos parques naturais do Alasca, onde se alimentam muito bem com base no salmão e, só de vez em quando, de algum turista infeliz.

Palin conhece bem estas ursas. Descobriu-as quando era governadora do Alasca, o tipo de estado que as elites ignoram enquanto viajam de Nova Iorque e Washington D. C. para Los Angeles; o típico sítio rude onde as classes médias têm a impressão de que um governo pouco eficiente está a desbaratar o dinheiro de todos.

Agora os analistas políticos e os meios de comunicação social norte-americanos adoptaram a expressão «mães ursas» para designar as mulheres que se identificam com Palin; tendem a ser pró-vida e simpatizam com as reivindicações do Tea Party.

A verdade é que Palin não fica incomodada com esta comparação. De facto, ela mesma tem vindo a explorar a imagem nas suas reuniões, nos seus programas televisivos ou nos dois *best-sellers* que publicou até agora. Quem sabe se com a pretensão de transformar um dia a ursa *grizzly* no animal alternativo ao elefante dos republicanos ou ao burro dos democratas.

Não é estranho que Palin queira apresentar-se como amiga e protectora das ursas *grizzlies*. No imaginário colectivo norte-americano, o Alasca continua a representar para muitos o último reduto de ar fresco, água limpa, natureza selvagem... Isso, levado ao terreno político, evoca a espontaneidade do movimento Tea Party perante a deriva intervencionista em que se meteu Washington. Palin e as «mães ursas» podem representar uma corrente populista de centro-direita.

A irrupção do Tea Party na vida política norte--americana coincidiu no tempo com uma maior visibilidade das mulheres dentro do Partido Republicano. Até há pouco tempo, dava a impressão de que as mulheres que quisessem aspirar a cargos políticos relevantes deviam simpatizar com o feminismo radical, o financiamento público do aborto ou, pelo menos, militar no Partido Democrata.

No entanto, isto começou a mudar após a designação de Sarah Palin - então governadora do Alasca - como candidata à vice-presidência dos Estados Unidos em 2008. Rapidamente, uma *outsider* de Washington foi elevada por John McCain à categoria de estrela política.

Embora o duo McCain-Palin não tenha chegado à Casa Branca, pelo menos serviu para romper os «telhados de vidro» que as mulheres pareciam ter no Partido Republicano. E o exemplo espalhou-se.

Nas eleições legislativas realizadas no passado dia 2 de Novembro, várias políticas republicanas apresentaram-se como candidatas a lugares importantes. Umas, como Christine O'Donnell, perderam contra as suas rivais democratas; mas outras saíram vitoriosas.

No total, 8 mulheres republicanas obtiveram novos lugares na Câmara de Representantes (ainda está por decidir um, que poderia ir parar à republicana Ann Marie Buerkle). E, no Senado, Kelly Ayotte conseguiu um lugar.

A chegada destas mulheres ao Congresso gerou esperança na cúpula do GOP (Grand Old Party). «Estou muito contente com esta injecção de ar fresco nas fileiras republicanas», confessa o congressista Kevin McCarthy (Califórnia), que contribuiu para recrutar várias candidatas do Partido Republicano.

Nas eleições de 2 de Novembro, nas quais os republicanos obtiveram um grande avanço, o número de lugares ocupados por mulheres baixou pela primeira vez em 30 anos. Das 93 mulheres que ocupavam um lugar no Congresso, passou-se para 90 (61 democratas e 29 republicanas). Daí que as mulheres constituam apenas 16,8% dos membros do Congresso, o que deixa os EUA no lugar 73 do mundo na representação feminina parlamentar, ao mesmo nível do Turquemenistão.

Para se ser uma autêntica «mãe ursa» não basta ser mulher e republicana. Tal como as concebe Palin, as «mães ursas» (políticas ou votantes) têm de estar dispostas a defender os seus filhotes da transformação cultural e social que está a ser feita nos Estados Unidos pelas elites políticas que estão instaladas em Washington.

«Não gostamos desta transformação. Nós, mães, sabemos quando algo não é bom para os nossos filhos e os nossos netos», explica Palin. «E vamos fazer alguma coisa para o remediar, evidentemente. Vamos dar a volta a tudo isto. Vamos levar outra vez o nosso país pelo caminho correcto, custe o que custar.»

Os discursos de Palin nos quais alude às «mães ursas» são deliberadamente genéricos. No vídeo publicitário preparado pelo seu comité de acção política, que mistura cenas dos discursos que Palin pronunciou nas suas viagens ao longo do país, não menciona Obama, nem os democratas, nem os republicanos. Fala em geral de mulheres que «se erguem e falam» e fazem com que o país dê meia-volta. Muito menos costuma aludir a medidas concretas. Limita-se a dizer que «algo vai mal». E as mulheres conservadoras dão-se por achadas.

Mas o que será que deveriam exigir as «mães ursas» aos políticos? Sem dúvida, menos impostos (como reclama o Tea Party). Não obstante, não é evidente se deveriam lançar também as suas garras para defender os seus filhos da doutrinação nas aulas promovida pela *Planned Parenthood*, com os seus programas de educação sexual, os seus preservativos nas escolas ou o aborto em face de gravidezes de adolescentes, com ou sem conhecimento dos seus pais.

Muito menos é evidente se as «mães ursas» deveriam consentir que nas escolas públicas se ensine que o «estilo de vida *gay*» é tão normal e natural como os casamentos. Não será isso uma ameaça para a ninhada? Certamente que Palin - mãe de cinco filhos e declarada pró-vida - pensa que sim. Mas a verdade é que nem no seu vídeo de Junho nem nas suas reuniões avança demasiadas pistas.

O seu estatuto como rainha não coroada do Tea Party oculta o facto de que é mais alguém de dentro da máquina do partido do que apenas essa rebelde como gosta de se apresentar. «Os seus apoios a candidatos neste ano reflectem uma mulher menos empenhada na pureza ideológica do que se pensa geralmente», faz notar *Politico.com*. Em importantes disputas eleitorais, no Iowa e na Califórnia, apoiou republicanos moderados, em vez de candidatos mais conservadores.

Talvez por isso os anúncios de Sarah Palin sejam tão vazios de substância. Não é pelo direito à vida ou pela rejeição do «governo grande» que as «mães ursas» se devem despertar e arrancar com as suas bandeiras, anunciando que já basta e que vão fazer algo a esse respeito (embora não se saiba o quê). Tudo tem a ver com Sarah, cujas ideias permanecem muito indefinidas apesar de toda a atenção mediática que recebeu, como a figura mais electrizante da campanha republicana. Quer procure a nomeação para a campanha presidencial de 2012, quer permaneça como quem capta mais fundos, uma coisa é clara: Palin não está a gastar todo esse tempo e energia para promover a causa pró-vida ou para regressar a um governo limitado. Aquilo que está a fazer é para se promover a si própria. Ambos os objectivos não se excluem necessariamente, mas muito menos são sinónimos.

M. B.

Ao sábado, aulas

Pelo menos uma lição podem aprender os sistemas educativos ocidentais dos países asiáticos: os rapazes aprendem mais com mais horas de aulas, comenta Chester Finn no *The Wall Street Journal*.

Enquanto as escolas públicas dos Estados Unidos perspectivam já a semana lectiva de quatro dias por uma simples questão de ajustamento orçamental, outras vozes defendem o regresso às aulas aos sábados, como um modo de reforçar o rendimento escolar. Os resultados académicos dos jovens norte-americanos baixaram nos últimos anos, como se pode comprovar na maioria das provas internacionais de Ciências e Matemática, onde é evidente a força dos estudantes asiáticos, que têm horários lectivos muito mais exigentes.

O prolongamento do horário escolar torna-se necessário e acabará por se impor, apesar de ter ainda

de superar numerosas resistências e alterar hábitos e horários familiares, segundo Chester E. Finn, ex-vice--secretário do Departamento de Educação. Na sua opinião, tendo em conta o decréscimo do nível de rendimento escolar, não existe outra opção: «Quase todos os jovens norte-americanos precisam de aprender mais do que aquilo que estão a aprender actualmente, pelos seus próprios projectos pessoais e pela competitividade do país.» Basta comparar, assegurava, o tempo que os jovens norte-americanos dedicam semanalmente às suas aulas - 30 horas - e o que destinam ao lazer - 53 horas, entre Internet, videojogos, telemóveis e televisão.

Para Finn, que preside actualmente ao *Thomas B. Fordham Institute*, existem argumentos muito sólidos favoráveis às aulas aos sábados, como o «êxito extraordinário» conseguido com o *Knowledge Is Power Program (KIPP)* em 80 *charter schools* com jovens provenientes de minorias ou que possuem menos recursos económicos. Nessas escolas, os alunos têm entre 8 a 10 horas de aulas por dia, frequentam as aulas igualmente aos sábados de manhã e contam com férias de Verão mais curtas do que os restantes estudantes do país.

Um dos problemas da escola pública norte--americana é o tempo dedicado a actividades como a troca de salas de aula, reuniões, realizações de todo o tipo, filmes, ou simplesmente os minutos que decorrem até se obter silêncio… horas que, segundo Finn, poderiam ser empregues no reforço da preparação para as provas académicas ou no aprofundar de matérias como literatura ou álgebra. Precisamente, as escolas que seguem o programa *KIPP* contam com um horário mais amplo para poderem ter todas essas actividades de entretenimento ou sociabilidade, que também são necessárias, sem reduzir o horário académico.

Entre as propostas de Chester Finn para reforçar a exigência nas escolas, prevê-se uma utilização da tecnologia muito mais planificada, com a integração de programas *on line* invidualizados, de acordo com as necessidades de cada aluno. Embora talvez este plano não se venha a generalizar a não ser dentro de alguns anos - aplica-se em poucas escolas -, uma versão mais modesta - combinando a aprendizagem mediante tecnologia com o ensino presencial - está já a ter resultados positivos numa rede de escolas da Califórnia. Esta fórmula, de resposta segura entre jovens habituados a usarem a Internet ou videojogos no seu lazer, permitiria ultrapassar um dos principais obstáculos ao alargamento do horário escolar, a oposição dos sindicatos de professores.

(*in The Wall Street Journal*)

Cansados de que outros vivam

Embora a Holanda se apresente como pioneira na legalização da eutanásia, parece que alguns a consideram ainda insuficiente. Sob o lema *Por vontade própria*, uma iniciativa propôs que o Parlamento discuta a legalização do suicídio assistido para os maiores de 70 anos que já estejam cansados de viver. Dizem ter reunido 125 000 assinaturas, mais do que suficientes para que o Parlamento deva debater o assunto.

Os promotores alegam que «a vida é um direito, não um dever», e que se deve permitir que a abandonem os que consideram estar «a sua vida já completa». Evidentemente, há que evitar abusos, pelo que teria de haver um corpo de especialistas no suicídio assistido, os quais se encarregariam de comprovar a firmeza do desejo de morrer e a liberdade com que age o interessado, sem pressões do meio que o rodeia. Após outorgar o «certificado de vida vivida», chegada a altura, forneceriam a dose fatal, sem que fossem perseguidos pelas autoridades.

A iniciativa confirma que a expressão «ladeira escorregadia» reflecte bem a trajectória do movimento pró-eutanásia. Na Holanda começou-se por legalizar a prática da eutanásia nos doentes terminais, alegando a sua dor e falta de qualidade de vida; depois admitiu-se que também poderia ser aplicada quando um sofrimento psíquico tornasse a vida insuportável, mesmo que o doente não estivesse a sofrer de uma doença em fase terminal. A princípio foi dito que, evidentemente, a eutanásia tinha de ser voluntária; depois verificou-se - como revelou o relatório *Remmelink* - que eram muitos os casos em que se punha fim à vida do paciente sem um seu pedido explícito, quando o médico decidia porque o doente ou os seus familiares não estavam em condições de o fazer. Nos últimos anos, a eutanásia começou a ser aplicada também a recém-nascidos com defeitos congénitos graves.

Agora, chega a vez dos «cansados de viver», algo que na situação actual não justifica a eutanásia. Em 2003, o Supremo Tribunal holandês confirmou a sentença de um tribunal de Amesterdão que condenara um médico por ajudar o ex-senador Edward Brongersma, de 86 anos, a suicidar-se, por estar «cansado de viver». O médico alegou que isto equivalia a «sofrimento insuportável», um dos requisitos para a eutanásia. Mas o Supremo Tribunal sentenciou que, com a despenalização da eutanásia, «não estava em causa os médicos poderem ajudar as pessoas cansadas de viver a suicidarem-se».

Mas se inicialmente se começou por manter a eutanásia como delito, ainda que desculpando-a em certos casos extremos, a partir de 2001 foi legalizada plenamente, e agora tenta-se chegar ao último estádio do percurso, com a afirmação do direito ao suicídio.

A ideia de criar este corpo de «especialistas em suicídio assistido» é uma deriva burocrática que não é compreensível relativamente aos que querem actuar «por vontade própria». Sempre houve pessoas que se suicidam e, como nestes casos não se trata de doentes nem de deficientes, não se vêem razões para envolver outros na sua decisão.

E porquê só a partir dos 70 anos? Também há pessoas que podem estar cansadas da vida antes, e

não há motivo para fazê-las esperar até aos 70 anos para abandonarem a existência. Este término poderia ser melhor interpretado como sendo a idade limite estimada pela sociedade para uma razoável duração de vida. Segundo a deriva da «cultura da morte», o que à partida é apresentado como um direito acabaria por se tornar uma imposição. Que faz você aqui tendo já mais de 70 anos, nestes tempos de pensões inseguras e gastos de saúde descontrolados? Mais do que uma libertação para os cansados de viver, seria um instrumento útil para os que estão cansados de que outros vivam.

I. A.

Invictus

Invictus

Realizador: Clint Eastwood

Actores: Morgan Freeman; Matt Damon

Música: Kyle Eastwood

Duração: 133 min.

Ano: 2009

Nelson Mandela foi feito prisioneiro por acção dos brancos. Depois da sua libertação, torna-se Presidente da África do Sul. O seu governo vai então procurar unir todas as raças num só país. Não procura a vingança mas a reconciliação entre todos. A tarefa é difícil. Havia demasiados ressentimentos aumentados por décadas de ódio. No entanto, resolve tomar medidas concretas, começando a nível pessoal, de forma a que fossem exemplares e dignas de um líder.

Manda chamar os seus antigos carcereiros para lhes informar que quer que façam parte da sua nova guarda pessoal juntamente com vários negros. Não há rancores. Depois decide então aproveitar o Campeonato Mundial de Râguebi para unir o país. Fala pessoalmente com o capitão de equipa, rapaz branco desconsiderado por muitos. Motiva-o. Fala várias vezes com ele, procurando pontos em comum. Conversam. Desabafam. Dá-lhe ânimo, tanto por gestos como por palavras, chegando a vestir a camisola dele. Não é só usar a camisola do outro. É identificar-se com ele, é demonstrar que está com ele, que luta por ele e com ele, em resumo, que se apoia nele e naquilo que o outro significa. É fazê-lo participante de um projecto, comunicando-lhe esse sonho de um modo que seja o mais transparente e claro possível.

Em geral, todas as pessoas querem sentir-se parte de um todo, saberem que contribuem para algo que é superior a elas próprias, algo que vá permanecer para além delas mesmas, algo que seja realmente útil, duradouro e igualmente… que se torne inspirador.

Tópicos de análise:

1. Tomar a iniciativa de ir ao encontro do outro é já uma procura de unidade.
2. A informação que é partilhada de uma maneira transparente acaba por fomentar a união.
3. Um projecto sério e motivador atrai os outros a juntarem-se a ele.